

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019- SRP EDITAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS E COTA EXCLUSIVA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Artigo 48, inciso I e III da Lei Complementar n° 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar n° 147/2014).

Processo Administrativo nº 0805003/2019 Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Data: 01/07/2019 Horário: 14h00min

Local: Sala de Sessão da Comissão Permanente de Licitação – CPL, localizada na Avenida Deputado Carlos Melo, nº1670, Centro, CEP: 65.727-000 Trizidela do Vale/MA.

A Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, por intermédio do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 002/2019, de 03 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado, fará realizar licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para o fornecimento de pneus e câmaras de ar para os veículos pertencentes a frota do município de Trizidela do Vale – MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 024/2013, Decreto Municipal nº 015/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016 aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1 - DO OBJETO

- 1.1 O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para o fornecimento de pneus e câmaras de ar para os veículos pertencentes a frota do município de Trizidela do Vale MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.
- 1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.
- I Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003 120 19

CNPJ. 01.558.070/0001-22

- 2.2. A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Federal nº 147/2014, não aplicará o disposto no item acima, quando:
 - 2.2.1 Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e
 - 2.2.2 O tratamento diferenciado e simplificado para micro empresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 2.3 Poderá participar deste Pregão o interessado que tenha ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenda a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constante deste Edital e seus Anexos.
- 2.4 Não poderá participar desta licitação, direta ou indiretamente, a pessoa jurídica:

a) Que não tenha ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

b) Que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;

c) Em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;

d) Que se apresente na qualidade de subcontratada;

e) Que tenha sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA;

f) Suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;

g) Impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;

h) Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, conforme art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

i) Estrangeira não autorizada a funcionar no País;

j) Integrante de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

k) Enquadrada nas demais vedações estabelecidas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, fora de qualquer envelope:
 - a) Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado): ato constitutivo, estatuto ou contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado e onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - a.1) Caso o estatuto ou contrato social da empresa estabeleça a assinatura dos sócios, EM CONJUNTO e a representação for feita somente por um deles, além do documento descrito na alínea anterior, DEVERÁ ser apresentado, conforme o caso, instrumento público de procuração ou instrumento particular, outorgado pelos demais sócios, no qual estejam expressos os seus poderes.
 - b) Tratando-se de procurador: instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO III), no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor



PL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/20 19 FLS. ______

recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a este Pregão;

- b.1) Procuração por instrumento particular ou Carta Credencial (ANEXO III) deverão possuir firma reconhecida em cartório e estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados na alínea "a";
- b.2) Instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO III) deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato Social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.
- c) Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada.
- d) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. (Modelo no Anexo VII deste edital).
- e) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte. (Modelo no Anexo VIII deste edital).
- f) A empresa licitante que for enquadrada na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar exercer o direito de preferência como critério de desempate, deverá apresentar Declaração de Enquadramento. (Modelo no Anexo IX deste edital).
- g) Certidões Simplificada e Específica expedidas pela Junta Comercial sede do domicílio da licitante;
- 3.2 Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente, por publicação em órgão da imprensa oficial ou em simples cópia conferida pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, mediante confronto com os originais no ato da sessão.
 - 3.2.1 Os documentos autenticados por cartório competente deverão possuir autenticidade em todas as folhas de sua constituição.
 - 3.2.2 Os documentos autenticados por cartório digital deverão ser acompanhados das Declarações de Serviço de Autenticação Digital, sendo vedada a autenticação por chave de terceiros.
- 3.3 Não será admitida a participação de 02 (dois) representantes para a mesma empresa e nem de um mesmo representante para mais de uma empresa.
- 3.4 A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de participar da fase de lances, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão pública do Pregão.
 - 3.4.1 Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.5 Após o credenciamento, o Pregoeiro declarará a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 - Aberta a sessão pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, deverão apresentar ao Pregoeiro:

Página 3 de 52

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003 /20 19 FLS. 268

4.1.1 - 02 (dois) envelopes distintos contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, devidamente fechados e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS PREGÃO Nº 023/2019 RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA PROPONENTE

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO Nº 023/2019 RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA PROPONENTE

- 4.2 Não será admitida a remessa postal dos envelopes de propostas de preços e habilitação posterior a abertura dos envelopes na sessão.
- 4.3 Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnica de uso corrente, redigida com clareza, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e rubricada pelo representante legal da licitante, que deverá por sua assinatura na última folha, que deverá opor sua assinatura na última folha, devendo conter o seguinte:
 - a) Número do Pregão e o nome ou razão Social da proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como dados bancários (nome e número do banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

 Nome completo do representante legal da licitante, profissão, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

- Descrição detalhada do ITEM cotado, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I do Edital, com a indicação de unidade, quantidade, marca/fabricante e demais informações técnicas necessárias;
- d) Preço unitário de cada ITEM, em algarismo e o valor global da Proposta, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação:
- f) Data e assinatura do representante legal.
- 5.2 Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Pregão.
- 5.3 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe em modificação dos termos originais, ressalvada apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.
- 5.4 A simples irregularidade formal, que evidencie lapso, isenta de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.
 - 5.4.1 Em caso de divergência nos preços unitário e total da proposta prevalecerá o preço unitário, podendo o Pregoeiro retificar o valor total proposto considerando o valor unitário da proposta e o quantitativo determinado no Edital, registrando o fato na Ata da Sessão.
 - 5.4.2 A falta de data, rubrica e/ou assinatura da proposta poderá ser suprida pelo representante legal, presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta, com poderes para esse fim.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05 on 3/20 19 FLS. 3 6 9

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

- 5.4.3 Caso as informações descritas no **item 5.1**, alíneas "a" e "b", não constem da Proposta, poderão ser encaminhadas posteriormente.
- 5.4.4 Caso o prazo de validade da proposta seja omitido na Proposta de Preços, o Pregoeiro entenderá como sendo igual ao previsto no item 5.1, alínea "e".
- 5.5 Caso a Ata de Registro de Preços não seja assinada no período de validade da Proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos, sendo que a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais 60 (sessenta) dias.
- 5.6 A cotação e os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 5.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 5.8 Não se admitirá Proposta que apresentar preço unitário ou global simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.
- 5.9 Após a abertura do primeiro envelope "Proposta de Preços", não poderá a licitante pedir desistência da proposta.
- 5.10 O licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeito às penalidades estabelecidas no Edital.
- 5.11 Caso tenha ocorrido lance/negociação na fase competitiva do Pregão, deverá ser apresentada ao Pregoeiro, a Proposta de Preço Adequada ao preço final, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do final da sessão.

6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1 Todas as licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a Documentação de Habilitação que deverá ser entregue em 01 (uma) via, no ENVELOPE Nº 02, devidamente fechado, contendo os documentos organizados na ordem determinada no item 6.3 deste Edital.
- 6.2 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.
- 6.3 A habilitação da licitante far-se-á com a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais acompanhados de documentos com fotos de todos os sócios e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades simples, de prova da diretoria em exercício;
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do empresário individual ou

Página 5 de 52



CNPJ. 01.558.070/0001-22

- Trizidela do Vale

de todos os sócios quando for o caso, comprovando a inscrição para com a Fazenda Federal iuntamente com a cópia de documento de identificação oficial com foto;

- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal;
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, através de Consulta Pública ao Cadastro Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, expedido pelo Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra), comprovando possuir inscrição habilitada no cadastro de contribuintes estadual.
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Federal da licitante, mediante apresentação da:
 - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. conforme portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014.
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:
 - Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
 - Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa.
- j) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes do recebimento dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:

Certidão Negativa de Débitos Municipais;

- Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa Municipal
- Alvará de Localização e Funcionamento (apresentação facultativa);
- k) Certificado de Regularidade do FGTS CRF.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- m) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício DRE do último exercício, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pela UFIR quando encerradas a mais de três meses da data de sua apresentação;

m.1) O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhando dos Termos de Abertura e Enceramento devidamente registrado;

m.2) A comprovação de boa situação financeira da licitante será demonstrada através de índices financeiros utilizando-se as fórmulas abaixo, apurados do Balanço Patrimonial, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores ali estabelecidos.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: (ILC)

ILC = Ativo Circulante

≥ 1,00

Passivo Circulante

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: (ILG)

ILG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

≥ 1,00

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

m.3) A licitante deverá apresentar os índices em MEMORIAL DE CÁLCULO assinado por profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC responsável pelas informações contábeis da empresa.

Página 6 de 52

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL Trizidela do Vale roc. 08 05 003 /20 19 rLS. 971

- m.4) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- m.5) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;
 - m.5.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício – DRE assim apresentados:
 - Publicados em Diário Oficial ou;
 - ii. Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - iii. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
 - iv. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.
 - m.5.2) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.
- n) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida até 60 (sessenta) dias antes da abertura da licitação, quando não vier expresso o prazo de validade;
- o)Apresentação de, no mínimo, **01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica**, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, produtos da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;
- p) Declaração da licitante que cumpre o disposto no inciso XXXIII, art.7º, da Constituição Federal de 1988 (ANEXO IV).
 - p.1) a ausência da declaração poderá ser suprida pelo representante ou procurador da licitante no ato da sessão.
- q) Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma §
 2º do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa (Modelo no anexo X deste edita);
- r) Declaração da expressa e total concordância como os termos deste edital e seus anexos (Modelo no anexo XI deste edital);
- s) Declaração de localização e funcionamento (Modelo no anexo XII deste edital);
- 6.4 A licitante que apresentar no ato do credenciamento os documentos exigidos para habilitação jurídica fica dispensada de sua apresentação.
- 6.5 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido por órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, poderá substituir os documentos enumerados nas alíneas "a", "b" "c" e "d" do item 6.3.



SPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003 /20 19 FLS. 979

- 6.6 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial, ou expedido via internet, na forma da lei ou ainda em cópia simples conferida pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, mediante confronto com os originais (fora do envelope) no ato da abertura do envelope.
 - 6.6.1 Os documentos autenticados em cartório deverão apresentar registro em todas as folhas de sua constituição.
 - 6.6.2 Os documentos autenticados por cartório digital deverão ser acompanhados das Declarações de Serviço de Autenticação Digital, sendo vedada a autenticação por chave de terceiros.
 - 6.6.3 As certidões expedidas na internet terão suas autenticidades/validades comprovadas pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.
- 6.7 O Pregoeiro poderá consultar sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.
- 6.8 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus Anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 6.9 Qualquer documento necessário á participação no presente certame licitatório apresentado em língua estrangeira deverá ser autenticado pelo respectivo consulado e traduzido para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 6.10 Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativa nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- 6.11 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.
- 6.12 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 6.13 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 6.14 Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 6.15 O Pregoeiro se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 6.16 Conforme disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações das pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7 - DO PROCEDIMENTO

- 7.1 No dia, hora e local designados neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 3 deste Edital.
- 7.2 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes e os representantes legais credenciados deverão apresentar:
 - a) Envelopes nº 01 e nº 02 (subitem 4.1.1).

Página 8 de 52



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/20 19 FLS. 973

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

7.3 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes nº 01, seguindo com os atos referentes à classificação das propostas de preços:

a) rubrica, conferência e leitura dos preços propostos;

- b) exame de conformidade e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;
- c) classificação, para a fase de lances, da proposta escrita de MENOR PREÇO POR ITEM, e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação ao menor preço;
- d) seleção das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, quando não verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços a partir do critério definido na alínea "c";
- e) colocação das Propostas em ordem crescente de preço cotado para que os representantes legais das licitantes participem da etapa competitiva por meio de lances verbais.
- 7.4 A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 7.5 No tocante aos preços, as propostas serão analisadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.6 Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço, realizando-se sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.
 - 7.6.1 A licitante sorteada em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.7 Então será dado início à etapa competitiva e o Pregoeiro convidará individualmente os representantes legais das licitantes classificadas, presentes ao evento, a apresentar lances verbais em rodadas consecutivas, a começar pela licitante detentora da proposta de maior preço, observadas as seguintes disposições:
 - a) os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço;
 - b) as licitantes só poderão ofertar um lance por rodada;
 - c) será vedada a oferta de lance visando ao empate;
 - d) quando convidado a ofertar seu lance, o representante da licitante poderá requerer tempo para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de celular. O tempo concedido não poderá exceder 05 (cinco) minutos;
 - e) não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital;
 - f) a licitante que se abstiver de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem de sua formulação ou conforme determinar o Pregoeiro no momento da sessão.
- 7.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados.
- 7.10 Declarada encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 7.11 Apurado o menor preço e sendo este proposto por licitante não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, antes que se proceda à negociação, o Pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate, assegurando, enquanto critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05003/2019 FLS.

e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº147/2014.

7.11.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.12 - Para efeito do disposto no item 7.11, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá o direito de preferência de apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar. O tempo concedido para apresentação da proposta não poderá exceder a 05 (cinco) minutos;
- b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.11.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.11.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a o direito de preferência e apresentar melhor oferta.
- 7.13 O exercício do direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações dadas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.14 Concluída a ordenação final das Propostas de Preços, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito e procedendo à negociação com o particular para obter melhores condições para a Administração.
- 7.15 Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, devendo o Pregoeiro negociar com o particular melhores condições para a Administração, após a aplicação do item 7.11, conforme o caso.
- 7.16 O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar as licitantes á composição de preços unitários, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para perfeita formação de juízo.
- 7.17 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.
 - 7.17.1 A apresentação de novas propostas na forma do item 7.17 não prejudicará o resultado do certame em relação a licitante mais bem classificada.
- 7.18 Aceito o preço final proposto, o Pregoeiro procederá à abertura o envelope nº 02 contendo a documentação da licitante classificada em primeiro lugar, para verificar suas condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.
- 7.19 Constatado o atendimento das exigências habilitatórias, a licitante será declarada vencedora.
- 7.20 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Edital, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada, ressalvada a hipótese legal prevista no item 7.22, sem prejuízo de aplicação de sanções.
- 7.21 Se a melhor oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.
- 7.22 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05 00 3 /20 19 FLS. 975

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

- 7.22.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.22.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito de não ser preterido na hipótese de contratação administrativa, sem prejuízo das sanções previstas no item 13.1 deste Edital. Neste caso, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no item 7.11.1.
- 7.22.3 Na hipótese da não contratação de microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado poderá ser adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.
- 7.23 Se não houver nenhuma manifestação de interposição de recurso devidamente registrada em Ata durante o transcurso da sessão do Pregão por parte das licitantes presentes, o Pregoeiro procederá à Adjudicação do objeto ao vencedor.
- 7.24 Se houver interposição de Recurso contra atos do Pregoeiro, a Adjudicação dar-se-á após o julgamento do Recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.
- 7.25 Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) N\u00e3o atenderem \u00e1s exig\u00e9ncias deste Edital;
 - b) Sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - c) Ou ainda as que apresentarem preços excessivos ou preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
 - 7.25.1 Caso entenda que o preço é inexequível o Pregoeiro deverá, antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, sendo admitidos os seguintes critérios:
 - a) Planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração;
 - b) Contrato em execução, com preços semelhantes.
- 7.26. O licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Pregoeiro e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta.
- 7.27. Confirmada a inexequibilidade o Pregoeiro poderá convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação.
- 7.28 No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro poderá convocar todas as licitantes classificadas para a fase de lances para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação, conforme previsto no artigo 48, § 3°, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 7.29 Nas situações previstas nos itens 7.14, 7.15 e 7.21 é lícito ao Pregoeiro negociar diretamente com o representante da licitante vencedora para que seja obtido melhor preço.
- 7.30 Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela sua Equipe de Apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.
- 7.31 Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes de Documentação não gáberá

Página 11 de 52
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - № 1670 – AEROPORTO – CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/2019 FLS. 976

desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

- 7.32 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.
- 7.33 Caso tenha ocorrido lance/negociação na fase competitiva do Pregão, deverá ser apresentada ao Pregoeiro, a Proposta de Preço Adequada ao preço final, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do final da sessão.

8 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 8.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do presente Edital, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização deste Pregão, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 12h00min, diretamente na Comissão Permanente de Licitação CPL, localizada na Avenida Deputados Carlos Melo, n° 1670, Aeroporto, CEP: 65.727-000, Trizidela do Vale/MA.
 - 8.1.1 A apresentação de impugnação será processada e julgada na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Municipal nº 024/2013.
 - 8.1.2 O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.2. Os esclarecimentos às consulentes serão comunicados a todos os demais interessados que tenham adquirido o presente Edital.
- 8.3 Extrapolado o prazo de resposta ou acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 8.4 A designação de nova data exige divulgação pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.
- 8.5 As eventuais alterações e esclarecimentos aos termos do Edital serão repassados somente aos adquirentes que procederem de acordo com o item 15.21 deste Edital.
- 8.6 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 2° (segundo) dia útil que anteceder á data de realização do certame.
- 8.7 A entrega da Proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9 - DOS RECURSOS

- 9.1 Dos atos do Pregoeiro neste processo licitatório, poderá a licitante, ao final da sessão pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrada em Ata a síntese das suas razões de recorrer.
- 9.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora.
- 9.3 Caberá à licitante apresentar as razões dos recursos registrados em Ata no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da citada Ata.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05 003 /20 1 Y FLS. 977

- 9.4 Cientes as demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contra razões também em 03 (dias) úteis, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.5 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Comissão Permanente de Licitação CPL, localizada na Avenida Deputado Carlos Melo, n°1670, Aeroporto, CEP: 65.727-000 Trizidela do Vale/MA.
- 9.6 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8 Não serão conhecidos os recursos interpostos por fax e aqueles com os respectivos prazos legais vencidos ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.
- 9.9 Os recursos e contrarrazões de recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e entregues diretamente na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL, no endereço indicado no item 9.5.
- 9.10 Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva.
- 9.11 Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá homologar este procedimento licitatório e determinar a contratação com a licitante vencedora.

10 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA convocará as adjudicatárias, durante a validade da sua Proposta, para assinarem a Ata de Registro de Preços (ANEXO V), dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.
 - 10.1.1 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 10.2 É facultado à Administração, quando a licitante vencedora, após ter sido convocada no prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar a Ata sem justificativa, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.
 - 10.2.1 Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.
- 10.3 Uma vez registrado(s) o(s) preço(s), a Administração poderá convocar a detentora do Registro a fornecer os respectivos produtos, na forma e condições fixadas no presente Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 10.4 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 10.5 A detentora do Registro deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Pregão, durante a vigência da ata.
- 10.6 A existência do registro de preços não obriga a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA a efetivar as contratações na quantidade estimada, ficando-lhe facultada a aquisição por outras modalidades, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro o direito de preferência de fornecimento em igualdade de condições.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/20 19 FI.S. 978

- 10.6.1- É vedado à Administração adquirir de outro fornecedor os produtos por valor igual ou superior ao obtido da detentora do Registro de Preços, a menos que esta se recuse a fornecer.
- 10.7 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da ata, desde que devidamente justificada a vantagem.
 - 10.7.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
 - 10.7.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
 - 10.7.3 As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme disposto no Art. 22, § 3º do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.
 - 10.7.4 O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme disposto no Art. 22, § 4º do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.
 - 10.7.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
 - 10.7.6 Competem, ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11 - DAS CONTRATAÇÕES

- 11.1 Quando da necessidade de contratação, o interessado deverá consultar o órgão gerenciador da Ata para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.
- 11.2 Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a retirar as respectivas Notas de Empenho e a celebrar os Contratos (ANEXO VI) ou instrumentos equivalentes que poderão advir, nas condições estabelecidas neste Edital e na própria Ata, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.
 - 11.2.1 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 11.3 A contratação dos fornecedores registrados será formalizada por Contrato ou instrumento equivalente, conforme o disposto no Art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 11.4 É facultado à Administração, quando a detentora do Registro não apresentar situação regular no ato de assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a Nota de Empenho



PL - Trizidela do Vale Proc. 0205003/2019 FLS.

no prazo e nas condições estabelecidas, ou tiver seu registro cancelado, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

11.4.1 - Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente,

obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada da comprovação de regularidade exigida na habilitação da licitação, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada.
- 12.2 A Nota Fiscal será conferida e atestada por servidor ou comissão responsável pelo recebimento dos produtos.
- 12.3 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)I = (6/100) / 365I = 0.00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 12.4 Caso a Contratada seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas e Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a fatura, declaração na qual faça constar essa condição, conforme modelo trazido na Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15 de dezembro de 2004.
- 12.5 A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.
- 12.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Se a proponente vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a Nota de Empenho ou assinar o Contrato ou instrumento equivalente, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a proponente desistente às seguintes penalidades:

 a) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

13.2 - Nos casos das ocorrências abaixo, ficará sujeita a Contratada à aplicação das seguintes multas moratórias:

Atraso no fornecimento: De até 7 dias corridos: multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato; De 8 à 15 dias corridos: 30% (trinta por cento) do valor do contrato; A partir do 16º dia será rescindido o contrato sem prejuízo das demais sanções;
 Fornecimento em quantitativo menor do que o requerido: Multa de 5% (cinco por cento) sem

prejuízo da complementação no prazo de 5 dias úteis;



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 o 5 o n 3 20 19 FLS. 9 8 o

- c) Fornecimento do produto diverso do requerido: Multa de 5% (cinco por cento) sem prejuízo da entrega do produto correto no prazo de 5 dias úteis.
- 13.3 No caso de inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da respectiva nota de empenho;
 - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 02 (dois) anos:
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.4 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".
- 13.5 Caberá ao fiscal do Contrato, designado pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
- 13.6 A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções previstas neste item, dentre outras hipóteses legais, quando:
 - a) Fornecer produtos em desconformidade com o especificado e aceito;
 - b) Não substituir, no prazo estipulado, o produto recusado pela Contratante;
 - c) Descumprir os prazos e condições previstos neste Pregão.
- 13.7 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 13.8 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA.
- 13.9 O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
- 13.10 Nenhum pagamento será feito à Contratada antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.
- 13.11 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se à comunicação escrita à Contratada e publicação na imprensa oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes dos eventuais contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações, conforme preceitua o Art. 7º § 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/20 19 FLS. 981

- 15.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços e dos contratos ou instrumentos equivalentes, independentemente de transcrição.
- 15.2 É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade competente, em qualquer fase da licitação, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa integrante ou não do quadro da Administração Municipal, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta/documentação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 15.3 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 15.4 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 15.6 A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 15.7 Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:
 - a) a anulação do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - b) a nulidade do procedimento licitatório induz à nulidade da Ata de Registro de Preços e dos contratos ou instrumentos equivalentes, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;
 - c) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.8 No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a data da abertura desta licitação e alteradas as condições do presente Edital.
- 15.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e os documentos de habilitação.
- 15.10 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.
- 15.11 A abertura dos envelopes Proposta e Documentação será sempre realizada em sessão pública, devendo ser elaborada a Ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio, por profissionais que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, seja com relação às propostas ou à documentação, e pelos representantes das licitantes presentes.
- 15.12 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes **Proposta** e **Documentação** em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em Ata e a continuação dar-se-á em Sessão a ser convocada posteriormente.



CPL - Trizidela do Vi Proc. 0805003/201 FLS.

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

- 15.12.1 Os envelopes não abertos, obrigatoriamente rubricados no fecho pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 15.13 O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, proferindo-se no dia da abertura, ou mediante publicação na imprensa oficial.
- 15.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA.
- 15.15 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 15.16 É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA.
- 15.17 Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada, a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, quanto ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
 - 15.17.1 Para averiguação do disposto no item 15.17, a empresa resultante de qualquer das operações comerciais ali descritas ficam obrigadas a apresentarem, imediatamente, a documentação comprobatória de sua situação.
- 15.18 É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, para a execução do objeto licitado.
- 15.19 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 024/2013 e Decreto Municipal nº 015/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 e subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.
- 15.20 Este Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação CPL da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, na Avenida Deputado Carlos Melo, n° 1670, Centro, CEP: 65.727-000 Trizidela do Vale/MA, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 12h00min horas, onde poderão ser consultados e obtido gratuitamente mais informações pelo email cpl@trizideladovale.ma.gov.br.
- 15.21 Ao adquirir o Edital, a licitante deverá declarar o endereço em que receberá notificações, devendo comunicar ao Pregoeiro qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.
- 15.22- O Pregoeiro poderá utilizar o instrumento da diligência no sentido de sanar ausência de informações na proposta de preços ou na habilitação, que não resulte inserção de documento novo ou afronta á isonomia entre os participantes.
- 15.23 Será de 60 (sessenta) dias antes da abertura da licitação o prazo de validade das certidões quando não vier expresso no próprio documento.
- 15.24 A estimativa de custo desta licitação consta nos autos do Processo Administrativo nº 0805003/2019, na Comissão Permanente de Licitação CPL.
- 15.25 São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.



CNPJ. 01.558.070/0001-22 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA OĂHNAЯAM OD ODATSE

ANEXO III - Carta Credencial. ANEXO II - Planilha Orçamentária (Estimativa da Despesa).

ANEXO IV - Declaração de Cumprimento do art. 7°, XXXIII da CF/88.

ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO VI - Minuta do Contrato Administrativo

ANEXO VII - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

ANEXO VIII - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação para ME/EPP

ANEXO IX – Declaração de enquadramento de micro empresa ou empresa de pequeno porte

ANEXO X – Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação

ANEXO XI - Declaração expressa de total concordância com os termos do edital

ANEXO XII - Declaração de localização e funcionamento

ANEXO XIII - Modelo carta proposta

ANEXO XV - Termo de Recebimento Definitivo ANEXO XIV - Termo de Recebimento Provisório

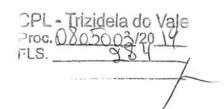
quaisquer outro, por mais privilegiado que seja. será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca de Pedreiras, no Estado do Maranhão, excluído 15.26 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa,

Trizidela do Vale/MA, 06 de junho de 2019.

Felipe Pinheiro Nogueira

Portaria 002/2019 Pregoeiro Oficial





ANEXO I PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para o fornecimento de pneus e câmaras de ar para os veículos pertencentes a frota do município de Trizidela do Vale - MA.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa para fornecimento de pneus e câmaras de ar deve-se à necessidade de manter os veículos em condições ideais de funcionamento, garantindo a segurança dos usuários.

A Manutenção preventiva e satisfatória reverte-se em economicidade, garantindo a durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus agentes, assegurando a contínua prestação de serviços públicos no Município de Trizidela do Vale/MA.

3. VALOR MÉDIO

O preço considerado como estimativa para o objeto do presente termo de referência foi determinado com base em pesquisas de preços realizadas no Banco de Preços. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de R\$ 1.173.456,80 (um milhão, cento e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

3.1. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

- COTA EXCLUSIVA Itens de valor até R\$ 80.000,00 para as empresas enquadradas como Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos do Artigo 48 Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.
- COTA RESERVADA correspondente a 20% (vinte por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, nos termos do Artigo 48 Inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;
- COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO correspondente a 80% (oitenta por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos previstos no edital;
- 3.2. A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Federal nº 123/2006, não aplicará o disposto acima mencionado, quando:
 - a) Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e
 - b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

COTA EXCLUSIVA – ME e EPP									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL				
1	Câmara de ar para aro 1000/20	Unidade	260	171,80	44.668,00				
2	Câmara de ar para aro 12.4-24	Unidade	20	149,63	2.992,60				
3	Câmara de ar para aro 12.5-80	Unidade	36	129,72	4.669,92				
4	Câmara de ar para aro 14.00-24	Unidade	36	300,00	10.800,00				

Fayilla Zu de 52

END, AV, DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Val Proc. 0005003/20 19 FLS. 985

5	Câmara de ar para aro 17.5-25	Unidade	36	349,52	12.582,72
6	Câmara de ar para aro 18.4-30	Unidade	20	338,00	6.760,00
7	Câmara de ar para aro 19-5-24	Unidade	36	304,10	10.947,60
8	Câmara de ar para aro 7.50-16 LT	Unidade	40	83,72	3.348,80
9	Câmara de ar para aro 900/20	Unidade	160	130,83	20.932,80
10	Câmara de ar para aro R 18 (moto)	Unidade	25	38,91	972,75
11	Câmara de ar para aro R 21 (moto)	Unidade	5	52,17	260,85
12	Pneu 10-16.5	Unidade	20	1.051,12	21.022,40
13	Pneu 110/80 R 18 (moto)	Unidade	5	188,11	940,55
14	Pneu 110/90-17 (moto)	Unidade	5	185,18	925,90
15	Pneu 12.4-24	Unidade	10	1.800,83	18.008,30
16	Pneu 12.5-80-18	Unidade	9	1.670,89	15.038,01
17	Pneu 120/80 R 18 (moto)	Unidade	5	206,06	1.030,30
18	Pneu 14.00-24	Unidade	18	3.258,24	58.648,32
19	Pneu 175/65 R 14	Unidade	160	275,32	44.051,20
20	Pneu 175/70 R 13	Unidade	16	238,28	3.812,48
21	Pneu 175/70 R 14	Unidade	20	300,00	6.000,00
22	Pneu 18.4-30	Unidade	10	3.105,00	31.050,00
23	Pneu 185/ R14	Unidade	16	398,23	6.371,68
24	Pneu 185/60 R 15	Unidade	16	338,07	5.409,12
25	Pneu 185/70 R 14	Unidade	16	347,71	5.563,36
26	Pneu 195/55 R 16	Unidade	16	440,63	7.050,08
27	Pneu 19-5-24	Unidade	9	2.502,15	22.519,35
28	Pneu 205/75 R 16	Unidade	20	646,12	12.922,40
29	Pneu 215/75 R 16	Unidade	12	680,12	8.161,44
30	Pneu 215/75 R 17.5	Unidade	80	890,04	71.203,20
31	Pneu 225/65 R 16	Unidade	20	727,04	14.540,80
32	Pneu 225/65 R 17	Unidade	16	624,92	9.998,72
33	Pneu 225/70 R 15	Unidade	20	718,35	14.367,00
34	Pneu 225/70 R 17	Unidade	20	783,84	15.676,80
35	Pneu 225/75 R 16	Unidade	20	748,85	14.977,00
36	Pneu 235/75 R 15	Unidade	12	650,23	7.802,76
37	Pneu 255/75 R 15	Unidade	32	633,93	20.285,76
38	Pneu 265/65 R 17	Unidade	20	703,39	14.067,80
39	Pneu 265/70 R 16	Unidade	40	789,33	31.573,20
40	Pneu 265/70 R 17	Unidade	40	821,50	32.860,00
41	Pneu 275/80 R 22.5	Unidade	20	1.779,96	35.599,20
42	Pneu 3.00-R21 (moto)	Unidade	5	188,24	941,20
43	Pneu 60/100-17	Unidade	5	122,21	611,05
44	Pneu 7.50-16 LT	Unidade	20	763,74	15.274,80



CNPJ. 01.558.070/0001-22 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA

80,104.347			JATO	DT ROJAV	
02,664.11	78,17	160	Unidade	02/00/	
2.370,40	92'69	40	angnuo	protetor de câmara de ar aro	23
00,001.01		-	Unidade	protetor de câmara de ar aro 7.50-	29
09,681.81	96'69	560	Unidade	1000/50	19
12.389,76	98,477	91	Onidade	protetor de câmara de ar aro	
811,45	162,29	g	Unidade	Pneu LT 265/70 R 16	09
98,629	77,481	g	Unidade	Pneu 90/90-19 (moto)	67
6.172,80	154,32	07	Unidade	Pneu 90/90 R 21 (moto)	84
08,130	130,36	9	Unidade	Pneu 90/90 R 18 (moto)	14
6.152,00	153,80	07	Unidade	Pneu 80/100-14 (moto)	94
-			ababiall	Pneu 80/100 R 18 (moto)	97

14,626,41	JATOT ЯОЈАV					
22.154,58	18,052.1	18	Unidade	Pneu 900/20	99	
69,894.72	3.923,67		Onidade	Pneu 17.5-25		
35.006,14	1.346,39	56	Unidade		99	
JATOT.V	.TINU .V	σтр	BOADINU	Pneu 1000/20	P 9	
			A RESERVADA (2	CĂQAOIFICAÇÃO	MET	

342.429,31		JATOT ROJAV			
26,816.88	18,052.1	72	Unidade	Pneu 900/20	69
84,887.E11	3.923,67	58	Unidade	Pneu 17.5-25	89
140.024,56	9£,34£.1	104	Unidade	Pneu 1000/20	49
JATOT .V	Y. UNIT.	αтр	BOADINU	ESPECIFICAÇÃO	Mati

Art. 2° do Decreto Federal nº 7.892/2013 e posteriores alterações. perante o presente Sistema de Registro de Preços - SRP, em conformidade com os Incisos III e IV do Segue abaixo itens e quantitativos, bem com descrição dos Orgãos / Entidades e suas atribuições

4.1 - ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GUANITIDADE	BOADINU	ESPECIFICAÇÃO	MBT
91	Pneu LT 265/70 R 16 16		l
32	əbsbinU	Pneu 175/65 R 14	
91	əbsbinU	Pneu 175/70 R 13	
91	əbsbinU	Pneu 255/75 R 15	
01	əbsbinU	Pneu 80/100 R 18 (moto)	
01	əbsbinU	(otom) 81 R 00/90 uanq	
52	əbsbinU	Câmera de ar para aro R 18 (moto)	L
g	Câmera de ar para aro R 21 (moto) Unidade		8

				And the second s	181511
	отр гииро	QTD SEC.	JOADINU	ESPECIFICAÇÃO	Mati
_	OCIAL	E ASSITENCIA SO	RIA MUNICIPAL D	PARTICIPANTE 1: SECRETA	OÄĐÃÒ – S.A

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Va Proc 0805003/2019 FLS.

e 16	
	16
d	de 16

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD SEC.	QTD FUNDO
1	Pneu 225/65 R 16	Unidade		20
2	Pneu 225/70 R 17	Unidade		20
3	Pneu 265/65 R 17	Unidade		20
4	Pneu 225/70 R 15	Unidade		20
5	Pneu 175/70 R 14	Unidade		20
6	Pneu 265/70 R 17	Unidade	20	20
7	Pneu 185/60 R 15	Unidade		16
8	Pneu 175/65 R 14	Unidade		96
9	Pneu 225/65 R 17	Unidade	16	
10	Pneu 80/100 R 18 (moto)	Unidade	20	
11	Pneu 90/90 R 18 (moto)	Unidade	20	
12	Pneu 3.00-R21 (moto)	Unidade	5	
13	Pneu 120/80 R 18 (moto)	Unidade	5	

4.4 – ÓRGÃO PARTICIPANTE 3: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. EXCLUSIVA	QUA RESER	
4			EXCLUSIVA	20%	80%
1	Pneu 12.4-24	Unidade	10		
2	Pneu 18.4-30	Unidade	10		1
3	Pneu 17.5-25	Unidade		7	29
4	Pneu 14.00-24	Unidade	18		
5	Pneu 10-16.5	Unidade	20		
6	Pneu 12.5-80-18	Unidade	9		
7	Pneu 19-5-24	Unidade	9		
8	Pneu 1000/20	Unidade		22	88
9	Pneu 900/20	Unidade		16	64
10	Pneu 215/75 R 17.5	Unidade	20		
11	Pneu 900/20	Unidade	10		
12	Pneu 265/70 R 16	Unidade	24		
13	Pneu 235/75 R 15	Unidade	12		
14	Pneu 215/75 R 16	Unidade	12		
15	Pneu 80/100-18 (moto)	Unidade	10		
16	Pneu 90/90-18 (moto)	Unidade	10		
17	Pneu 90/90-19	Unidade	5		
18	Pneu 110/90-17	Unidade	5		
19	Pneu 60/100-17	Unidade	5		
20	Pneu 80/100-14	Unidade	5		
21	Câmara de ar para aro 12.4-24	Unidade	20		



		01-22		
ra aro 18.4-30	Unidade	20		
ra aro 17.5-25	Unidade	20		
ra aro 14.00-24	Unidade	36		
a aro 12.5-80	Unidade	36		
a aro 19-5-24	Unidade	36		
a aro 1000/20	Unidade	<u>36</u> 220		
a aro 900/20 a de ar aro	Unidade	160		
	Unidade	220		_
de ar aro	Unidade			
(de ar aro	de ar aro Unidade	de ar aro	de ar aro

4.5 – ÓRGÃO PARTICIPANTE 4: SECRETARIA MUNICIPAL D

ITE	1		QTD SEC.	DE EDUCAÇÃO F	UNDEB	
_	M ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	QTD	QTD R	ESER.
1	Pnou 275/22 P		EXCLUSIVA	EXCLUSIVA	20%	80%
2	Pneu 275/80 R 22.5	Unidade		20		30,0
	Pneu 1000/20	Unidade		20		
3	Pneu 215/75 R 17.5	Unidade			4	16
4	Pneu 7.50-16 LT	Unidade		60		
5	Pneu 205/75 R 16			20		
6	Pneu 225/75 R 16	Unidade		20		
7	Pneu 185/ R14	Unidade		20		
	1 fled 165/ R14	Unidade	16			
8	Câmara de ar para aro 1000/20	Unidade		40	£ a	A 11 (2000)
9	Câmara de ar para aro 7.50-16 LT	Unidade		40		
10	protetor de câmara de ar aro 1000/20	Unidade		40		
11	protetor de câmara de ar aro 7.50-16 LT	Unidade		40		124

ÓRGÃO PARTICIPANTE 5: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

EM	ESPECIFICAÇÃO	AL DE SEGURANÇA		
1	1900 B	UNIDADE	QUANTIDADE	
-	PNEU 255/75 R 15	Unidade	16	
2	PNEU 110/80 R 18	Unidade		
,	PNEU 90/90 R 21	Offidade	5	
		Unidade	5	

- ÓRGÃO PART**ICIPANTE 6:** SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBII

AL DE MEIO AMBIENTE			
UNIDADE	QUANTIDADE		
Unidade	16		
	UNIDADE Unidade		

- ÓRGÃO PARTICIPANTE 7: GABINETE DO PREFEITO

Página 24 de 52

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Vale

ITEM	Ec	DECURIO		
	1 Hed 195/55 R 16	PECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	Pneu 265/70 R 17 DE RECURSO		Unidade Unidade	16 20

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, que será informado no ato de formalização do contrato, conforme Art. 7° § 2° do Decreto Federal nº 7.892/2013.

FORMA DE FORNECIMENTO:

A forma de fornecimento dos produtos, será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale - MA, em 01 (uma) via, devendo conter no averso carimbo em alto relevo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados: b) Informar a quantidade dos produtos;

- c) Informar o valor referente a cada produto;
- d) Informar a data do fornecimento dos produtos;
- e) Assinatura do funcionário da empresa;
- f) Assinatura e carimbo do diretor do Setor de Compras.
- 6.1. O fornecimento dos produtos deverá ser entregue de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, no seu endereço ou em outro local previamente determinado pela mesma, mediante Ordem de Fornecimento, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 6.2. No ato da entrega dos materiais, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos.
- 6.3. O transporte do material deverá ser feito em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos
- 6.4. A contratada obrigar-se-á a substituir, sem ônus para a contratante, os produtos entregue avariado ou

DAS QUALIFICAÇÕES DOS PROPONENTES

Os proponentes concorrentes devem apresentar como habilitação, comprovação através de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente

8. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Administração.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O cumprimento das obrigações constantes da licitação será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor de fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA, ou, em seus impedimentos legais, por seu substituto eventual, representando a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA.

O representante da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição/prestação do produto/serviços, objeto deste Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

DO PAGAMENTO

Após aceitação e ateste de recebimento definitivo dos produto efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias, após o fornecimentos dos produtos, desde que não haja fator impeditivo ACCION ANNO DE LES PECTIVA Ordem de Fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Prova provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor

1 ayına 20 uz 32 1 Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



PL - Trizidela do Vale 120 19 roc. 0005063 120 19

de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos e da Dívida Ativa Estadual; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o

11. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA.

Caberá a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA.

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos produtos adquiridos;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato;
- d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido;
- e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento do fornecimento dos produtos atestados.
- e) Aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

Além dos casos comuns, implícitos ou expressos no Contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente à Contratada:

- a) manter preposto, aceito pela administração da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
- b) informar ao Chefe do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
- e) cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendolhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes:
- f) comunicar fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à aquisição dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- g) não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA.
- h) substituição de todo e qualquer material que for entregue impróprio, danificado, ou em desacordo com o exigido;

i) entregar os produtos nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;

Página 26 de 52
Página 26 de 52
Página 7670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Irizidela do Vale FLS.

j) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas,

l) a contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou 13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Órgão Gerenciador - Secretaria Municipal de Administração.

A Ata de Registro de Preços decorrente deste Certame vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações.

A adesão da presente Ata de Registro de Preços poderá ser realizada em conformidade com Art. 22 § 3º e 4º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018).

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, conforme Art. 22 § 2º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objeto deste Termo de Referência se fundamenta no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações posteriores, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentados pelos Decretos Municipais 024/2013 e 015/2019, Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016, utilizando-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas pertinentes.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05003/20 19 FLS. 999 FLS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ESTIMATIVA DA DESPESA) PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS.

ITES		CLUSIVA – ME	e EPP		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
_1	Câmara de ar para aro 1000/20	Unidade	260	171,80	44.668,00
2	Câmara de ar para aro 12.4-24	Unidade	20	149,63	2.992,60
3	Câmara de ar para aro 12.5-80	Unidade	36	129,72	4.669,92
4	Câmara de ar para aro 14.00-24	Unidade	36	300,00	10.800,00
5	Câmara de ar para aro 17.5-25	Unidade	36	349,52	12.582,72
6	Câmara de ar para aro 18.4-30	Unidade	20	338,00	6.760,00
7	Câmara de ar para aro 19-5-24	Unidade	36	304,10	10.947,60
8	Câmara de ar para aro 7.50-16 LT	Unidade	40	83,72	3.348,80
9	Câmara de ar para aro 900/20	Unidade	160	130,83	20.932,80
10	Câmara de ar para aro R 18 (moto)	Unidade	25	38,91	972,75
11	Câmara de ar para aro R 21 (moto)	Unidade	5	52,17	260,85
12	Pneu 10-16.5	Unidade	20	1.051,12	21.022,40
13	Pneu 110/80 R 18 (moto)	Unidade	5	188,11	940,55
14	Pneu 110/90-17 (moto)	Unidade	5	185,18	925,90
15	Pneu 12.4-24	Unidade	10	1.800,83	18.008,30
16	Pneu 12.5-80-18	Unidade	9	1.670,89	15.038,01
17	Pneu 120/80 R 18 (moto)	Unidade	5	206,06	1.030,30
18	Pneu 14.00-24	Unidade	18	3.258,24	58.648,32
19	Pneu 175/65 R 14	Unidade	160	275,32	44.051,20
20	Pneu 175/70 R 13	Unidade	16	238,28	3.812,48
21	Pneu 175/70 R 14	Unidade	20	300,00	6.000,00
22	Pneu 18.4-30	Unidade	10	3.105,00	31.050,00
23	Pneu 185/ R14	Unidade	16	398,23	6.371,68
24	Pneu 185/60 R 15	Unidade	16	338,07	5.409,12
25	Pneu 185/70 R 14	Unidade	16	347,71	5.563,36
26	Pneu 195/55 R 16	Unidade	16	440,63	7.050,08
27	Pneu 19-5-24	Unidade	9	2.502,15	22.519,35
28	Pneu 205/75 R 16	Unidade	20	646,12	12.922,40
29	Pneu 215/75 R 16	Unidade	12	680,12	8.161,44
30	Pneu 215/75 R 17.5	Unidade	80	890,04	71.203,20
31	Pneu 225/65 R 16	Unidade	20	727,04	14.540,80
32	Pneu 225/65 R 17	Unidade	16	624,92	9.998,72
33	Pneu 225/70 R 15	Unidade	20	718,35	14.367,00

Página 28 de 52
Página 28 de 52
Página 28 de 52
Página 28 de 52
PÁGINA AL Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Vale

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

	VALOR T	OTAL			746.401,08
53	protetor de câmara de ar aro 900/20	Unidade	160	71,87	11.499,20
52	protetor de câmara de ar aro 7.50- 16 LT	Unidade	40	59,26	2.370,40
51	protetor de câmara de ar aro 1000/20	Unidade	260	69,96	18.189,60
50	Pneu LT 265/70 R 16	Unidade	16	774,36	12.389,76
49	Pneu 90/90-19 (moto)	Unidade	5	162,29	811,45
48	Pneu 90/90 R 21 (moto)	Unidade	5	184,77	923,85
47	Pneu 90/90 R 18 (moto)	Unidade	40	154,32	6.172,80
46	Pneu 80/100-14 (moto)	Unidade	5	130,36	651,80
45	Pneu 80/100 R 18 (moto)	Unidade	40	153,80	6.152,00
44	Pneu 7.50-16 LT	Unidade	20	763,74	15.274,80
43	Pneu 60/100-17	Unidade	5	122,21	611,05
42	Pneu 3.00-R21 (moto)	Unidade	5	188,24	941,20
41	Pneu 275/80 R 22.5	Unidade	20	1.779,96	35.599,20
40	Pneu 265/70 R 17	Unidade	40	821,50	32.860,00
39	Pneu 265/70 R 16	Unidade	40	789,33	31.573,20
38	Pneu 265/65 R 17	Unidade	20	703,39	14.067,80
37	Pneu 255/75 R 15	Unidade	32	633,93	20.285,76
36	Pneu 235/75 R 15	Unidade	12	650,23	7.802,76
35	Pneu 225/75 R 16	Unidade	20	748,85	14.977,00
34	Pneu 225/70 R 17	Unidade	20	783,84	15.676,80

COTA RESERVADA (20%)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL	
54	Pneu 1000/20	Unidade	26	1.346,39	35.006,14	
55	Pneu 17.5-25	Unidade	7	3.923,67	27.465,69	
56	Pneu 900/20	Unidade	18	1.230,81	22.154,58	
	VALC	R TOTAL			84.626,41	

COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO (80%)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL	
57	Pneu 1000/20	Unidade	104	1.346,39	140.024,56	
58	Pneu 17.5-25	Unidade	29	3.923,67	113.786,43	
59	Pneu 900/20	Unidade	72	1.230,81	88.618,32	
	VALC	R TOTAL			342.429,31	



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/20 19 FLS. ______

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

	ANEXO III
-	CARTA CREDENCIAL
	Pregão Presencial nº 023/2019
	A empresa, neste ato representado pelo(s) Sr.(a)
	(nome da empresa) (Nome e assinatura de seu Representante Legal)



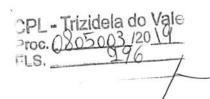
CPL - Trizidela do Vale

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7°, XXXIII, DA CF/88
Pregão Presencial nº 023/2019
A empresa, CNPJ nº, representada pelo(a) Sr(a), R.G. nº, CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, admitida a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
(local e data por extenso)
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)





PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 ANEXO V MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 0805003/2019 Pregão Presencial nº 023/2019

AT	A DE REGISTRO DE	PREÇOS Nº	/ PARA	AQUISIÇÃO XXXXX	XXXXXXXXX	XXXXX		
Aosdias do mês de do ano de, o MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE/MA, através da Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxx/MA (órgão gerenciador), inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx								
LICITAN	NTE:							
CNPJ:								
ENDER	EÇO:							
TELEFO	ONE:							
REPRE	SENTANTE:							
ENDER	EÇO ELETRÔNICO:							
Preços Reg								
Item	Especificação	Unidade	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total		
				Valor Total	Registrado R\$			

1. DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se a Ata, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 023/2019 e a Proposta de Precos.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

- 2.1. O fornecimento poderá ser efetuado conforme as necessidades da Secretaria Municipal requisitante, mediante solicitações.
- 2.2. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, ainda que o fornecimento seja previsto para data posterior ao vencimento da Ata.
- 2.3. A existência deste Registro não obriga a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA a efetivar as contratações na quantidade estimada, ficando-lhe facultada a aquisição por outras modalidades, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro o direito de preferência de fornecimento em igualdade de condições.



2.4. É vedado à Administração adquirir de outro fornecedor insumo por valor igual ou superior ao obtido da detentora do Registro de Preços, a menos que esta se recuse a fornecer.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os produtos registrados, nas mesmas condições de fornecimento.
- 4.2. A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou caso se torne inexequível para as compromissárias.
- 4.3. Os preços registrados, a indicação dos fornecedores e as alterações quanto aos valores, atualizados em decorrência de pesquisas de preços periódicas, serão publicados pela Administração na imprensa oficial, aditando-se a presente Ata de Registro de Preços.
- 4.4. Os preços de promoções temporárias ou sazonais não serão computados para efeito de definição do preço praticado no mercado, mas se constituirão em indicador para o exercício da faculdade de aquisição por outros meios, prevista no parágrafo 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

- 5.1. Durante o período de vigência da presente Ata, os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação com elevação ou redução de seus respectivos valores em função da dinâmica do mercado, obedecida às disposições constantes no Decreto Municipal nº 015/2019 e comprovado o deseguilíbrio econômico-financeiro.
- 5.2. Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA promoverá o aditamento do compromisso de fornecimento, conforme o artigo 65, II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, ou formalmente desonerará a licitante em relação ao item.
- 5.3. O diferencial de preço entre a proposta inicial das licitantes e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA à época da abertura das propostas, bem como eventuais descontos concedidos, serão sempre mantidos.
- 5.4. A licitante detentora do registro fica obrigada a informar à Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA sempre que houver redução nos preços de mercado, ainda que temporária, comunicando o seu novo preço que irá abalizar pesquisa de mercado, a ser realizada pela Administração conforme item 4.
- 5.5. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.
- 5.6. No caso de revisão para maior, a licitante compromissária deverá solicitar a revisão do mesmo, obrigandose a efetuar os fornecimentos das Notas de Empenho já emitidas pelos preços ora registrados.

6. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:
 - 6.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.



Trizidela do Vale

6.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, devendo a Prefeitura:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado

pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de

fornecimento: e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRECOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA quando a licitante signatária:

a) Descumprir as condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 023/2019 a que se vincula o

preco registrado;

b) Descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

c) Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

d) Enquadrar-se em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial previstas na Lei Federal nº

8.666/1993;

e) Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

f) Implementar alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo

da Administração, prejudiquem a execução desta Ata de Registro de Preços;

- g) Houver subcontratação total ou parcial do objeto desta Ata de Registro de Preços, associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução de eventuais e futuras avenças;
- h) Houver razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 7.2 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovado.
- 7.3. Em qualquer das hipóteses previstas nos itens 7.1 e 7.2, o cancelamento de registro será devidamente autuado em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizado por despacho da autoridade competente.
- 7.4. A comunicação do cancelamento do registro de preços, nos casos previstos neste item, será efetuada por correspondência com aviso de recebimento e por publicação na imprensa oficial.

8. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

8.1. A contratação com as licitantes ora registradas será formalizada pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, por intermédio de contrato ou instrumento equivalente, conforme o disposto no art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

9. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PL - Trizidela do Vale Proc. 0805003 12019

- 9.1. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme disposto no Art. 22, § 3º do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.
- 9.2. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme disposto no Art. 22, § 4º do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Se a proponente vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a Nota de Empenho ou assinar o Contrato ou instrumento equivalente, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a proponente desistente às seguintes penalidades:

a) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

10.2 - Nos casos das ocorrências abaixo, ficará sujeita a Contratada à aplicação das seguintes multas moratórias:

a) Atraso no fornecimento: De até 7 dias corridos: multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato; De 8 à 15 dias corridos: 30% (trinta por cento) do valor do contrato; A partir do 16º dia será rescindido o contrato sem prejuízo das demais sanções;

b) Fornecimento em quantitativo menor do que o requerido: Multa de 5% (cinco por cento) sem

prejuízo da complementação no prazo de 5 dias úteis;

c) Fornecimento do produto diverso do requerido: Multa de 5% (cinco por cento) sem prejuízo da entrega do produto correto no prazo de 5 dias úteis.

10.3 - No caso de inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da respectiva nota de empenho;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de

Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.4 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".
- 10.5 Caberá ao fiscal do Contrato, designado pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
- 10.6 A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções previstas neste item, dentre outras hipóteses legais, quando:
 - a) Fornecer produtos em desconformidade com o especificado e aceito;
 - b) Não substituir, no prazo estipulado, o produto recusado pela Contratante;
 - c) Descumprir os prazos e condições previstos neste Pregão.
- 10.7 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-sé de



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/20 19 FLS. 300

modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

- 10.8 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA.
- 10.9 O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
- 10.10 Nenhum pagamento será feito à Contratada antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.
- 10.11 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se à comunicação escrita à Contratada e publicação na imprensa oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal.

11. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O extrato da Ata de Registro de Preço será publicado na imprensa oficial do município.

12. DO FORO

12.1. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Justiça Estadual da Comarca de Pedreiras, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA e as licitantes compromissárias, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual e teor e forma.

Trizidela do Vale(MA),	de de	·
Ór	gão Gerenciador	
Pela D	etentora do Registro	



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05 0 03 /20 19 FLS. 301

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

	Contrato Administrativo nº/_ Processo Administrativo nº 0805003 Pregão Presencial nº 023/2019	3/2019				
	Ata de Registro de Preços nº	_/	1	CONTRATO QUE E DE TRIZIDELA E	OO VALE/MA PARA FO	EBRAM O MUNICÍPIO ., E A EMPRESA DRNECIMENTO DE FORMA ABAIXO:
	O MUNICÍPIO I , inscrita no Cl n°, CEP: representado pelo Secretário Munic Órgão Emissor _ empresa, doravante o legal, ajustado o presente Contrato Ad formalizado nos autos do Processo abaixo e aos preceitos instituídos prespécie.	NPJ sob of Trizido in	o nº ela do Va , reside , inso da CONT RG nº _ tivo nº _ strativo n	le/MA, doravante del, portador do Cl ente e domiciliado a _ rita no CNPJ sob c RATADA, neste ato, CPF, decorrente ° 0805003/2019, sub	, com sedenominada CON PF sob n° o n.° o representada n° do Pregão Pr ometendo-se às	e a
	CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente Contrato tem por objeto a aquisição de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
	CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINC	ULAÇÃO)			
1	Vinculam-se ao pres Presencial nº 023/2019, a Proposta Nota de Empenho.	ente Cor a de Preç	ntrato, in cos da CC	dependentemente d DNTRATADA, a Ata	de transcrição, de Registro de	o Edital do Pregão Preços e a respectiva
	CLÁUSULA TERCEIRA - DO VAL	OR				A 92 1 1 1
	O valor do Contrato é de R\$ (
o	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA/FABRICANTE	VLR. UNIT. R\$	VLR. TOTAL R\$
					VALOR TOTAL	
	Geral da Prefeitura Municipal de 1	ntes desta Frizidela d	a licitação do Vale/M	correrão á conta de IA, cujos programas	de trabalho e	signados no Orçamento a categoria econômica
	constarão quando da emissão da re	espectiva	Nota de E	Empenho, conforme	especificados a	baixo:

Página 37 de 52

ORGÃO:

UNIDADE GESTORA:

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003 /20 \ 9 FLS. 309

PROJETO/ATIVIDADE: CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: FONTE:

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em ___/____, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO

O fornecimento dos produtos, será de forma parcelada, mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, em 01 (uma) via e conter no verso carimbo e assinatura do servidor autorizado, contendo as informações indicadas no Termo de Referência Anexo I do Edital, conforme abaixo:

- a) Cliente: Secretaria Municipal Solicitante;
- b) Informar a quantidade dos produtos;
- c) Informar o valor referente aos produtos;
- d) Informar a data do fornecimento dos produtos;
- e) Testemunha: assinatura do funcionário da empresa;
- f) Comprador: assinatura e carimbo do diretor do Setor de Compras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O fornecimento dos produtos ocorrerão na sede da Secretaria Municipal solicitante no horário das 08h00min às 18:00h de segunda a sexta, escrito na Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Uma vez informado o local do fornecimento, só poderá haver modificação do local proposto mediante aceitação do contratante, e se o novo local de fornecimento estiver nas condições adequadas para o armazenamento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do Contrato será efetuada por servidor designado pela CONTRATANTE que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, imperfeições técnicas, vícios ou emprego de produto inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

Ocorrendo redução ou majoração de preços dos produtos, autorizado pelo órgão competente, os valores que serviram de base para a contratação serão reajustados, fixando-se em apostila de reajuste de preços, conforme Lei Federal de Licitações nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os reajustes e reduções de preços serão de acordo com os preços praticados pela CONTRATADA na data.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das Notas de entrega e da comprovação de regularidade exigida na habilitação da licitação, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Nota Fiscal será conferida e atestada pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento dos produtos.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805 o 03 /20 \ 9 FLS. 303

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para fins de pagamento será adotada a periodicidade quinzenal de fornecimento de produtos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)I = (6/100) / 365I = 0.00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO QUINTO - Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas e Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a fatura, declaração na qual faça constar essa condição, conforme modelo trazido na Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15 de dezembro de 2004.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- a) manter preposto, aceito pela administração da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
- b) informar ao Chefe do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
- e) cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

Página 39 de 52



Trizidela do Vale

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

f) comunicar fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à aquisição dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

- g) não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA.
- h) substituição de todo e qualquer material que for entregue impróprio, danificado, ou em desacordo com o exigido:
- i) entregar os produtos nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;
- j) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale-MA.
- I) a contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos produtos adquiridos;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato;
- d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido:
- e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento do fornecimento dos produtos atestados.
- e) Aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento da obrigação sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

a) Multa moratória 2% (dois por cento) sobre o valor do respectivo fornecimento, em caso de recusa,

b) Multa moratória diária de 2% (dois por cento) sobre o valor do respectivo fornecimento, em caso da não substituição do produto recusado pela CONTRATANTE; c) Multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor do respectivo Contrato,

em caso da falta de alternativas de fornecimento decorrentes da falta do produto, salvo os casos fortuitos ou de força maior, a juízo da Administração, até o limite de 10% (dez por cento);

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além da multa indicada no parágrafo anterior, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja



CPL - Trizidela do Vale 2 roc. 0805003/2019

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de sanções previstas no Parágrafo Segundo, dentre outras hipóteses legais, quando:

a) Fornecer os produtos em desconformidade com o especificado e aceito;

b) Não substituir, no prazo estabelecido, os produtos recusados pela Contratante;

c) Descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEXTO - Caberá ao Gestor do Contrato propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação na imprensa oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado no início do fornecimento;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) O desatendimento das determinações regulares emanadas por servidor ou comissão designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as da autoridade competente;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da CONTRATADA; k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudiquem a execução deste Contrato;
- Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0X05003/20

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL CNPJ. 01.558.070/0001-22

m) A fraude na execução do Contrato, o comportamento de modo inidôneo, a declaração falsa e o cometimento de fraude fiscal, aplicando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

n) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da

execução do Contrato;

o) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

p) A supressão, por parte da CONTRATANTE, de compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do inciso II, §

2º do art. 65 da referida Lei;

q) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

r) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos fornecimentos já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela

suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nas alíneas "a" a "o" desta cláusula;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer com base nas letras "n" a "r" desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE fará publicar o extrato do presente Contrato na imprensa oficial na forma do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 65, § 1°, da Lei Federal nº 8.666/93.



CPL - Trizidela do Vale Proc. 08 05 003 /20 19

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Pedreiras/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Trizidela do Vale (MA), de

de

CONTRATANTE

CONTRATADA

f----



PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
Prezado Senhor,
(endereço completo), por intermédio de seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara sob as penas da lei, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/02, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital da licitação acima identificada.
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)



CPL - Trizidela do Vale Proc.0805003 120 19 FLS. 309

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)
Prezado Senhor,
(endereço completo) , por intermédio de seu representante legal Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº declara sob as penas da lei, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/02, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital da licitação acima identificada.
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/2019 FLS. 310

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
Prezado Senhor, (nome da empresa), CNPJ nº, sediada em
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/2014 FLS. 311

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO X

	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO
-	Prezado Senhor,
The same of the sa	(nome da empresa), CNPJ nº, sediada em
	(local e data por extenso)
	(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)

1



CPL - Trizidela do Vale Proc.0805003/20 \9 FLS. 3\9

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO XI

DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL
Prezado Senhor, (nome da empresa) , CNPJ nº , sediada em (endereço completo) , por intermédio de seu representante legal Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , declara para os devidos fins, que concordamos com todos os termos descritos no edital e seus anexos e que temos pleno e total conhecimento da realização dos trabalhos do certame.
(local e data por extenso)
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805 003/2019 FLS. 313

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Prezado Senhor, Eu, (nome do representante legal), portador(a) da Cédula de Identidade nº e do CPF nº , residente e domiciliado na (endereço completo), declaro sob as penalidades da lei, que a empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº , está localizada e em pleno funcionamento na (endereço completo), cidade de , Estado do(a) , sendo o local e instalações adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade da mesma. Declaro ainda, que assumo inteira responsabilidade por todas as informações dispostas nesta declaração, eximindo a Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA de qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas por esta empresa.
(local e data por extenso)
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)
(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)

A-



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 ANEXO XIII "MODELO CARTA PROPOSTA"

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA A/C: DO PREGOEIRO OFICIAL ASSUNTO: PROPOSTA REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 DADOS DA EMPRESA

Razão Social da Empresa: Nome de Fantasia: CNPJ: Inscrição Estadual: Endereço: CEP: Município: Telefones: E-mail

Prezados Senhores:

Apresentamos ao pregoeiro e sua equipe de apoio, nossa Proposta referente à Licitação em epígrafe, objetivando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para o fornecimento de pneus e câmeras de ar para os veículos pertencentes a frota do município de Trizidela do Vale – MA.

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UND	MARCA/FARRIS		
		MARCA/FABRICANTE	V. UNIT.	V. TOTAL

VALOR TOTAL R\$:

Preço Total da Proposta: R\$	(valor numérico e por extenso)				

Declaro para fins de participação no Pregão Presencial nº 023/2019, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão.

Local e Data

(Assinatura e Identificação do Licitante n° de CPF e RG)

1 ayılla 30 ue 32 AEROPORTO - CEP: 65.727-000



CPL - Trizidela do Vale Proc. 0805003/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 ANEXO XIV

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para o fornecimento de pneus e câmeras de ar para os veículos pertencentes a frota do município de Trizide ela

		do Vale	– MA.	a nota do	município de Trizid
			MYNO. Fred	rocesso nº 0805 g ão nº 023/2019	
RECEBIMEI em epigrafe	Prefeitura Municipal de Trizido vem, atra NTO PROVISÓRIO da entrega em cumprimento ao disposto r	ela do Va ovés do odo(s) sen no art. 73 d	le- MA, por presente T viços abaixo la Lei Federa	meio da Secr ermo, formaliza relacionados, r al nº 8.666/93.	etaria Municipal de ar o TERMO DE eferente ao Pregão
	Especificação Técnica	Item	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
E, as	decretaria Municipal de la parteriais permanentes a fim com as especificações técnicassim, expede-se este Termo c o para que produza os legítimos e	la Danili	·	de Referencia	e com a Proposta
	Trizidela do V	ale- MA	de	de .	
	Secretário(a)	XXXX	XXX		
	Secretário(a)	wurncipai (de		
	(servidor ou comis	YYYY	vv	recebimento)	
	(servidor ou comis	xxxxx ssão respo xxxxxx	xx nsável pelo		

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000 Página 51 de 52



CPL - Trizidela do Vale Proc.03.05.003./20.19

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

ANEXO XV

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para o ecimento de pneus e câmeras de ar para os veículos pertencentes a frota do município de Trizidela do Vale - MA.

REFERÊNCIA: Processo nº 0805003/2019
LICITAÇÃO: Pregão nº 023/2019
CONTRATADA:

A Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale- MA, por meio da Secretaria Municipal de - através do presente Termo, formalizar o TERMO DE
CEBIMENTO DEFINITIVO da entrega do(s) serviços abaixo relacionados, referente ao Pregão epígrafe, em cumprimento ao disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

	Especificação Técnica	Item	Quant.	Valor	Valor Total (R\$)
ltens	Especificação recinica			Unitário (R\$)	

(órgão requisitante) cebe os referido(s) materiais permanentes a fim de proceder avaliação criteriosa, verificando a sua onformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e com a Proposta

E, assim, expede-se este Termo de Recebimento Definitivo em 03 (três) vias de igual teor Empresa.

forma, para que produza os legítimos efeitos de direito.

de Trizidela do Vale- MA

XXXXXXX Secretário(a) Municipal de

XXXXXX

(servidor ou comissão responsável pelo recebimento)

XXXXXXXXX Representante Legal da Empresa

Pagina 52 de 52 ARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO - CEP: 65.727-000